

COLUNA

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA EM PAUTA

Luciana Guimarães Nascimento

À luz da urgência: O debate racial nas salas de aula brasileiras



O debate sobre questões raciais nas salas de aula é uma demanda de urgência no Brasil, diante dos dados que denunciam altos índices de casos de racismo, com diferentes roupagens. Se almejamos modificações no imaginário social brasileiro, tornando-o mais respeitoso e valorizador da diversidade étnico-racial que nos é característica, precisamos levar às nossas alunas e nossos alunos em processo de escolarização um modelo educativo cidadão, pautado em debates e reflexões questionadoras da imposição social que aloca a população negra na base da pirâmide socioeconômica.

Neste sentido, há urgência na construção de uma visão positiva sobre os africanos e afrodescendentes, o que deve acontecer a partir das salas de aula, com a finalidade de impedirmos a perpetuação de estigmas e estereótipos que historicamente contribuem para marginalização dos indivíduos que carregam a marca da negritude. Através da valorização da identidade negra desde a infância, o combate ao racismo torna-se mais dinâmico e efetivo, enfraquecido em seus pilares a partir de um modelo outro de formação, pautado no enaltecimento das diferenças, evitando que estas sustentem desigualdades.

No espaço escolar, a consolidação de uma Pedagogia antirracista, ou seja, de uma práxis combativa ao racismo epistêmico, se dá a partir de ações pedagógicas positivas perante o debate racial, pautadas em reflexões realistas sobre a condição da população negra na sociedade, reconhecendo mazelas e buscando a reversão de infâmias e rótulos que direcionados aos indivíduos negros contribuem para sua marginalização social. Por isso, faz-se necessário o embasamento a partir de documentos legais que orientam a reconfiguração do currículo oficial, como as Leis 10.639/03 e 11.645/08, além das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (2004), visando parâmetros para um trabalho efetivo de combate ao racismo.

Imbuídos nesses princípios, perseguimos a efetivação de um currículo que ultrapasse as possibilidades sistêmicas sugeridas, em geral pautadas pela supervalorização de saberes ocidentais eurocentrados, para então ofertarmos aos educandos e às educandas novas possibilidades à construção de conhecimentos, baseadas em saberes decoloniais, aqueles relacionados a narrativas interventoras no padrão discursivo hegemônico no campo intelectual brasileiro. Desse modo, afro referenciar os programas educacionais torna-se uma demanda possível de ser contemplada, na medida que surge espaço para debates pautados na valorização de conhecimentos antes desvalorizados, ressignificando narrativas marginalizadas historicamente.

Tendo a legalidade como referencial, e acreditando nas salas de aula enquanto espaços de potencial contra hegemônico, propicia-se a construção de uma práxis combativa à subalternidade legada à negritude na sociedade brasileira, edificando um modelo educativo antirracista que sublinha o povo negro como detentor de



práticas culturais específicas, produtor de conhecimentos e influenciador da História e Cultura do Brasil.



Assim, cria-se abertura para uma visão afro referenciada diante dos conteúdos elencados para cada ano de escolaridade, edificando um paradigma valorizador da negritude, apresentando elementos culturais e personagens afrodescendentes e africanos, tanto fictícios quanto históricos, construindo visão positiva sobre a negritude, apostando, também, na representatividade como elemento influenciador da autoestima, facilitadora do envolvimento de indivíduos com a produção de saberes.

Ao enegrecermos o processo ensino-aprendizagem, possibilitamos o (re)conhecimento da História e Cultura Africana e Afro-brasileira almejando superar o formato tradicional dos processos escolares, envoltos na visão racista. Deste modo, combate-se o arquétipo colonial de construção dos conhecimentos, no qual o padrão branco e europeu é compreendido como universal (Oliveira; Candau, 2010), cedendo espaço às dimensões éticas, identitárias e representativas no currículo escolar pela decolonialidade do saber (Miranda, 2013), fomentando uma sociedade enaltecida da sua identidade étnico-racial e, por isso, imparcial, equitativa e justa.

Luciana Guimarães Nascimento



Sou mulher negra, professora, militante nas questões étnico-raciais a partir do campo da educação. Há vinte anos atuando nos processos que envolvem ensino-aprendizagem, e destes, dezoito dedicados exclusivamente à Educação Pública, tanto no nível básico quanto no superior, nas áreas de ensino, gestão, pesquisa e extensão. Mestre em Educação pela UNIRIO, Especialista em Relações Étnico-Raciais e Educação (CEFET/RJ) e Licenciada em Pedagogia pela UERJ. Também possui especializações nas áreas de Administração e Supervisão Escolar (UCAM), Orientação Pedagógica e Educacional (UCAM), além de formação complementar nas áreas de Gênero e Diversidade, História e Cultura Brasileira e Educação Inclusiva. Atualmente, curso licenciatura em História (UVA).